



*MÉRCIA ALBUQUERQUE FERREIRA E AS DISPUTAS DE GÊNERO DURANTE A
DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO*

Ana Luisa Ferreira da Silva¹
Fernando da Silva Cardoso²

Resumo: A presente pesquisa problematiza questões que perpassam as memórias histórico-políticas sobre as mulheres que foram invisibilizadas no regime ditatorial brasileiro, em meio a uma história homogênea, masculina e progressista que parte do ponto de vista de homens, colocando a mulher em um lugar de subalternidade. Reflete-se sobre o protagonismo de Mércia Albuquerque Ferreira a partir de suas memórias acerca da perseguição e da violência contra as mulheres na ditadura, observando que a categoria gênero incide de forma decisiva na forma como tudo ocorreu. Mércia vivenciou o ‘ser mulher’ enquanto mãe, esposa, advogada, professora e perseguida política. Em todos os âmbitos da sua vida houve intervenções que a desafiavam e buscavam colocá-la numa posição inferior e marginal. a história de Mércia pode evidenciar questões de gênero e militância política que estiveram presentes em seu trajeto e de outras mulheres que atuaram contra o regime militar em Pernambuco e no Brasil.

Palavras-chave: Mércia Albuquerque; Gênero; Ditadura; Memória.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte de uma Iniciação Científica em andamento, financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), e que problematiza questões que perpassam as memórias histórico-políticas sobre as mulheres que foram invisibilizadas no regime ditatorial brasileiro, em meio a uma história homogênea, masculina e progressista que parte do ponto de vista de homens, colocando a mulher em um lugar de subalternidade (CARDOSO, 2014).

A partir do momento em que as mulheres atuam no campo político em oposição ao regime militar brasileiro, das mais diversas formas, passam a ser protagonistas de seus próprios feitos, sejam eles políticos e/ou sociais. Contudo, a história não as retrata dessa maneira, pelo contrário, as mulheres sofreram violações no período ditatorial, e continuam sofrendo no período democrático por não terem espaços para contar suas experiências passadas. Por isso, a figura feminina continua presa a um processo de exclusão histórica, os quais privilegiam unicamente as narrativas e os feitos masculinos (Ana Maria COLLING, 2015).

¹ Graduanda do Bacharelado em Direito, pela Universidade de Pernambuco, UPE, Pernambuco, Brasil. E-mail: analuisa.silva@upe.br.

² Professor do curso de Bacharelado em Direito, pela Universidade de Pernambuco, UPE, Pernambuco, Brasil. E-mail: cardosodh8@gmail.com.



Nesse contexto, as dimensões de gênero provocam um novo significado na forma de pensar os acontecimentos através de uma narrativa que denuncia e rememora questões específicas sofridas pelas mulheres, indo na contramão da ideia de uma história homogênea e universalista dos fatos. Nesse caso, realoca-se o sujeito feminino como atriz da história com recorte em categorias de gênero, como forma de compreensão das relações que transpõem pelas diversas formas de poder e buscavam inviabilizar a mulher enquanto sujeita ativa sobre os acontecimentos. Trata-se de compreender o local feminino no curso da história por meio de narrativas-outras que estabelecem significação de suas experiências, através da criação de uma identidade social feminista (Ingrid Faria GIANORDOLI-NASCIMENTO; Zeidi Araújo TRINDADE; Maria de Fátima de Souza SANTOS, 2007).

Acerca da temática de mulheres protagonistas, temos a figura de Mércia Albuquerque Ferreira, conhecida como ‘advogada dos mil processos’, por sua forte atuação como defensora dos presos políticos no Nordeste. Falar sobre a história de mulheres militantes contra a ditadura no Brasil é, sem dúvidas, se referir a Mércia, a qual presenciou, testemunhou e defendeu juridicamente homens e mulheres perseguidos(as) pelo regime. Mércia buscou uma justiça que não incidisse unicamente sobre o presente, mas também sobre o futuro, como forma de memória e resistência à repressão que não deveria se repetir.

A partir de suas memórias acerca da perseguição e da violência, observamos que a categoria gênero incide de forma decisiva na forma como tudo ocorreu. Mércia vivenciou o ‘ser mulher’ enquanto mãe, esposa, advogada, professora e perseguida política. Em todos os âmbitos da sua vida houve intervenções que a desafiavam e buscavam colocá-la numa posição inferior e marginal.

Portanto, esta pesquisa analisou documentos escritos e orais referentes aos acontecimentos que perpassam a vida de Mércia Albuquerque Ferreira, enquanto uma parte histórica importante para o fortalecimento da luta pela defesa dos direitos humanos, pela reparação histórica dos acontecimentos e como forma de rememorar, com uma perspectiva de gênero, processos de luta femininos e de contribuir para a reconstrução do imaginário social que carece situar a mulher como protagonista na luta pela democracia e pela liberdade de gênero na história brasileira.



TRAJETÓRIA DE MÉRCIA NA DITADURA

De forma preliminar, ressalta-se que a memória política sobre Mércia não aborda, por completo, as questões de gênero debatidas pela mesma. Sua atuação teve um preço caro, já que ela também foi perseguida pelos militares do regime. Entretanto, é descrita apenas como advogada de presos políticos. Assim, “desde o ato de violência em si, a mulher é despersonalizada de suas experiências de gênero como forma de justificação das violências a que foi submetida” (CARDOSO, 2019, p. 179).

Três anos antes da instauração do regime civil-militar no país, Mércia inicia suas atividades profissionais juntamente com Paulo Freire e outros(as) colegas, atuando na alfabetização dos pernambucanos em escolas radiofônicas (instalações precárias e locais periféricos), conhecido como Movimento de Cultura Popular (MCP). Recém formada no curso de Direito, Mércia presenciou a tortura de Gregório Bezerra ocorrer em via pública e descreve que:

Em 1964, porém, vi perplexa o velho militante comunista Gregório Bezerra sendo arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, na cidade do Recife, amarrado por cordas a um carro de combate do Exército brasileiro. Este fato, sem dúvida marcou-me para sempre, pesando decisivamente na opção pela advocacia em defesa de presos políticos, que consumiu boa parte de minha mocidade, embora me considere espiritualmente jovem ainda hoje³

Tomada pelos sentimentos de revolta e compaixão, Mércia decide deixar o magistério para dedicar-se na defesa dos presos políticos durante os longos 21 anos de regime de exceção. Apesar de a advocacia ser uma profissão bem vista no senso comum, exercê-la em prol dos(as) perseguidos(as) políticos(as) era associar-se diretamente a uma população violentada e marginalizada pelo Estado brasileiro (Paula SPIELER; QUEIROZ, 2013).

Por consequência, sua trajetória na advocacia conta com 13 prisões e/ou sequestros entre os anos de 1964-1979. As circunstâncias dessas arbitrariedades revelam uma política de Estado pautada em uma violência disseminada em todas as estruturas de poder, a qual visava despertar o medo e o temor daqueles(as) que a desafiassem. Em razão deste contexto, Mércia sofreu diversas ameaças de morte advindas de militares e policiais do Recife e ainda chegou a ser levada as dependências do DOI-CODI e teve um revólver colocado em sua boca e ouvido.

³ Fala extraída do discurso “Recanto da Anistia” proferido na comemoração dos 20 anos de Anistia. Evento organizado pela Associação Pernambucana de Anistiados Políticos.



Não bastasse, dentre os sequestros, foi colocada em viaturas durante as madrugadas que rodavam pelas ruas da cidade do Recife ameaçando-a e abandonando-a em bairros periféricos.

O Serviço Nacional de Informação (SNI) a classificava como “pessoa intimamente ligada a subversivos e conhecedora de seus problemas” e que por essa relação “há afinidade de pontos de vista políticos” e que por fim “serve de intermediária entre os presos e Auditoria da 7ª CJM”⁴. Portanto, o regime não a enxergava como uma profissional na advocacia, e sim enquanto intermediária ou infiltrada no regime.

Acerca da representação feminina nos espaços institucionalmente masculinizados, Butler reflete sobre a tragédia grega ‘Antígona’ a qual dialoga com a história de Mércia ao retratar que:

Antígona, portanto, acaba agindo de forma que são consideradas masculinas, não apenas porque ela desafia a lei, mas também porque ela assume a voz da lei ao cometer seu ato com esta. [...] Sua agência nasce precisamente na recusa de honrar o comando dele [Creonte], e, no entanto, a linguagem dessa recusa assimila os próprios termos da soberania que ela rejeita (Judith BUTLER, 2014, p. 29).

Dessa forma, Mércia assume papéis de gênero inacabados e historicamente ignorados. Sua luta contra o regime brasileiro inicia-se no tribunal, a qual busca subverter a ordem institucionalizada pelos militares, mas está para além deste. Lembrar, refletir e falar sobre a violência do regime militar foi uma das responsabilidades que Mércia tomou para si mesma após o fim do regime.

Mércia relembra, com muita lucidez, o nome de algumas mulheres que a história não as deu espaço para serem lembradas. No discurso proferido ao receber a Medalha Nísia Floresta, Mércia revela ser um lugar de memória das mulheres que testemunharam o regime militar.

[...] mas cuja história, não foi reconhecida pelas autoridades do meu Estado, permitindo-se que a nossa Celeste, a Celeste que encampou a libertação política como bandeira de vida, morresse praticamente à míngua, deixando para nós a herança da dignidade e a lembrança de uma mulher líder, barbaramente estuprada, violentada em todos os seus direitos, pelo governo da repressão e do horror: porém uma mulher forte, que enfrentou todas as dores daquela época com a determinação de uma Nísia Floresta, de uma Clara Camarão, de uma Anatólia Melo Alves, e de

⁴ SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Requerimento de Indenização Protocolo Geral nº 0902, de 11.12.00 de autoria de Mércia de Albuquerque Ferreira, p. 15-16.



milhares de mulheres que formaram o exército da paz contra a guerra dos ditadores militares e dos repressores sociais⁵.

O reconhecimento de seu papel de testemunha e parte de um corpo social maior, faz da história de Mércia algo muito além de memórias pessoais. A memória que Mércia carrega dentro de si perpassa o social, político e coletivo. De todas as mulheres a qual lhe foi dado o papel de assisti-las, ela tem uma lembrança, afeto e acontecimento para testemunhar. O seu discurso está para além de relatar a si mesma, Mércia traz consigo as dores das *Outras* como se fossem suas e perpetua o legado político das mulheres que foram vítimas da repressão política.

Compreende-se a emergência de subjetividades e narrativas atemporais que questionam o argumento de uma história-maior dos fatos. Mércia tinha para si o dever de memória, a necessidade de narrar o os acontecimentos como forma de não esquecer do que viu e fazer de tudo para que o período violento não se repetisse. Tinha, dentro de si, a coragem, a repulsa e o pavor das violações de direitos humanos, lutava incessantemente pela liberdade em todas as suas esferas. Muito além de questões políticas-partidárias, a história de Mércia pode evidenciar questões de gênero e militância política que estiveram presentes em seu trajeto e de outras mulheres que atuaram contra o regime militar em Pernambuco e no Brasil.

Sua luta pela liberdade alcançou a defesa pela anistia, advinda com a Lei nº 6.683/79, que para Mércia “representou um passo definitivo para cicatrizar feridas abertas entre irmãos, contribuindo para reconciliar a nação dividida”⁶. Mércia demonstra amor ao país em suas falas e atitudes, contudo, muito mais amor à humanidade. Sua visão fraterna com relação aos brasileiros lhe serviu de forças para – mesmo após presenciar tamanha crueldade durante 21 anos autoritarismo, ainda possuir a capacidade da “conciliação ou reconciliação política, [...], no entanto, o indelével registro histórico, no esforço de recuperação e perpetuação da memória nacional”⁷, portanto, perdoar sem esquecer.

⁵ Trecho extraído do discurso proferido por Mércia Albuquerque em 08 de março de 2002, em razão do recebimento da Medalha Nísia Floresta, conferida pela Câmara Municipal do Rio Grande do Norte em reconhecimento de sua luta pelos direitos das mulheres.

⁶ Fala extraída do discurso “Recanto da Anistia” proferido na comemoração dos 20 anos de Anistia. Evento organizado pela Associação Pernambucana de Anistiados Políticos.

⁷ Fala extraída do discurso “Recanto da Anistia” proferido na comemoração dos 20 anos de Anistia. Evento organizado pela Associação Pernambucana de Anistiados Políticos.



Mércia era o escudo jurídico dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que era parte dele. Pautou sua trajetória na defesa da Democracia e da Liberdade, assistia gratuitamente os(as) presos(as) políticos e suas famílias. Foi precursora do Movimento Nacional pela Liberdade e Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, imbuída sempre pelo sentimento de fraternidade e na crença nos Direitos Humanos. Em paralelo, compreendia sua condição de gênero e ousou ser feminista em um governo de homens militares. Ousou ainda escrever sua história e a de várias mulheres com o sangue daquelas que foram oprimidas pelo regime ditatorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo procurou problematizar questões que perpassam as narrativas histórico-políticas sobre as mulheres no regime ditatorial brasileiro, dando enfoque a trajetória de Mércia Albuquerque Ferreira, conhecida como ‘advogada dos mil processos’ devido a sua atuação na defesa dos(as) perseguidos(as) políticos. Contudo, procuramos compreender o testemunho feminino de maneira a enxergá-las como protagonistas da história, tornando-as sujeitas ativas na construção da memória histórica e dos saberes acerca da ditadura civil-militar.

O arcabouço teórico e documental nos levam a observar que Mércia possui um protagonismo na resistência ao regime militar e que junto a isso traz consigo memórias *Outras* inviabilizadas e apagadas devido à linearidade masculina na reescrita da história. Seu combate ao autoritarismo deixou marcas em vários âmbitos da sua vida, devido aos sequestros e ameaças de morte que sofreu. Entretanto, tirania alguma foi capaz de apagar seu sentimento de fraternidade para com todas as pessoas, de modo a levá-la a não cobrar pelos serviços de advocacia e ainda criar laços afetivos com seus clientes.

Por uma causa maior, Mércia lutou dentro dos tribunais, em órgãos clandestinos, em hospitais, cemitérios, FEBENS, e na Secretaria de Defesa Social. Foi sequestrada, presa, ameaçada, torturada. Teve seu papel materno prejudicado, sua vida social atacada e sua saúde mental debilitada. Questionava-se se depois da guerra viria a paz, e buscou, de todas as formas essa paz, defendendo a democracia, o movimento feminista e a liberdade. Dessa



maneira, a história de Mércia influencia, sobremaneira, os processos de luta femininos para a reconstrução do imaginário social que carece situar a mulher como protagonista na luta pela democracia e pela liberdade de gênero na história brasileira.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CARDOSO, Fernando da Silva. “Pra não dizer que não falei das flores?”: gênero nos discursos de mulheres pernambucanas torturadas durante a ditadura militar no Brasil. *In: Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero - Ano VII*. 7. ed. Recife: Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, 2014, p. 151-169.

CARDOSO, Fernando da Silva. **É isto uma mulher?** Disputas narrativas sobre memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes contra a ditadura militar no Brasil. 2019. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2019.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007.

PROJETO DHNET. Gregório Bezerra. **Declaração de Mércia Albuquerque Ferreira**.

Disponível em

http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/gregorio_bezerra/gregorio_mercia.html.

Acesso em: 3 fev. 2022.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). **Advocacia em tempos difíceis**: ditadura militar 1964-1985. Curitiba: Edição do Autor, 2013.

Agradecimentos: Agradecemos a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo auxílio financeiro à pesquisa.

